

RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.936 - PR (2016/0162376-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **MARILIS SILVA DE LIMA - ME - MICROEMPRESA**
ADVOGADO : **MARCOS AURELIO NEGRAO MACHADO E OUTRO(S) - PR020721**
RECORRIDO : **UNIFY - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**
ADVOGADOS : **FELIPE ZORZAN ALVES E OUTRO(S) - SP182184**
FABIO VACELKOVSKI KONDRAT E OUTRO(S) - PR036767

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL FIXADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF.

1. Ação declaratória de inexistência de débito c/c pedido de compensação por danos morais.
2. A revisão do valor da compensação por danos morais demanda a reanálise do conjunto fático-probatório dos autos, circunstância vedada a esta Corte pelo óbice da Súmula 7/STJ. Tão somente em hipóteses excepcionais, quando os valores arbitrados na origem forem irrisórios ou exorbitantes, o STJ passa à análise do mérito para restabelecer a razoabilidade e proporcionalidade no particular.
3. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual, os juros moratórios, em caso de responsabilidade extracontratual, devem fluir a partir do evento danoso. Aplicação da Súmula 54/STJ.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
6. Recurso especial parcialmente conhecido, e nessa parte, provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MARILIS SILVA DE LIMA - ME - MICROEMPRESA, com fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 09/09/2015.

Concluso para o gabinete em: 05/02/2019.

Ação: declaratória de inexistência de débito c/c pedido de compensação por danos morais, ajuizada pela recorrente, em face de UNIFY - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, decorrente da inclusão indevida do nome da recorrente nos órgãos de proteção ao crédito.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar a recorrida ao pagamento da quantia de R\$ 5.000,00 a título de danos morais.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pela recorrente para majorar os honorários advocatícios de 10% para 20% do valor da condenação.

Recurso especial: Sustenta violação dos arts. 398 e 962 do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial. Alega, em síntese, que: *i*) o valor compensatório é irrisório, pois não foram observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade; *ii*) a multa por descumprimento da decisão deve ser majorada; *iii*) o termo inicial dos juros deve ser fixado a partir do evento danoso.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Do pedido de revisão do valor da compensação por danos morais

A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a modificação do valor fixado a título de danos morais somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada, o que não está caracterizado na presente hipótese. No mesmo sentido: (AgInt no ARESP 1248366/DF, 3ª Turma, DJe de 18/06/2018; AgInt no ARESP 1166504/RS, 4ª Turma, DJe de 22/05/2018), R\$ 4.000,00 (AgInt no REsp 1717886/RS, 3ª Turma, DJe de 30/05/2018; AgInt no REsp 1531600/RS, 3ª Turma, DJe de 18/05/2018); R\$ 3.000,00 (AgInt no ARESP 1150482/RS, 3ª Turma, DJe de 11/06/2018; AgInt no REsp 1722805/RS, 3ª Turma, DJe de 28/05/2018); e R\$

2.000,00 (AgInt no REsp 1715542, 4ª Turma, DJe de 21/06/2018; AgInt no ARESP 1224021/RS, 4ª Turma, DJe de 18/06/2018; AgInt no ARESP 959225/RJ, 3ª Turma, DJe de 27/03/2017; AgRg no AREsp 548208/RS, 4ª Turma, DJe de 01/10/2014). Incide, portanto, a Súmula 7/STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

- Do termo inicial dos juros de mora

É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual, nos casos de dano decorrente da inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, cuja responsabilidade é extracontratual, tem-se que o termo inicial para a incidência dos juros de mora é a partir da data do evento danoso, em conformidade com a Súmula 54 deste Tribunal. Nesse sentido: AgInt nos EDcl no AREsp 862.889/PR, 4ª Turma, DJe 30/10/2017; e, AgRg no AREsp 634.369/SP, 3ª Turma DJe 06/09/2017.

Logo, o acórdão merece reforma nesse ponto.

- Da divergência jurisprudencial

Registre-se, ainda, no que tange à fixação dos danos morais, que a interposição do recurso especial sob o fundamento de divergência jurisprudencial inviabiliza o exame do tema, uma vez que, não obstante as semelhanças externas e objetivas, os acórdãos sempre serão distintos quanto ao aspecto subjetivo, evidenciando cada situação suas próprias particularidades e circunstâncias fáticas, além do grau de repercussão do evento danoso na esfera individual da vítima. No mesmo sentido AgRg no Ag 1179405/SP, 4ª Turma, DJe 13/04/2010; AgRg no REsp 1.444.068/SP, 3ª Turma, DJe de 26/06/2015; AgInt no AREsp 1.158.356/DF, 4ª Turma, DJe 19/12/2017; AgInt no AREsp 1.155.188/RS, 3ª Turma, DJe 23/02/2018.

Quanto à interposição pela alínea "c", no que concerne à majoração das *astreintes*, cumpre asseverar que a falta da similitude fática – requisito indispensável à demonstração da divergência – inviabiliza a análise

do dissídio.

Constata-se, ainda, da leitura das razões do recurso especial, que a recorrente não indicou violação a qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

Não é possível o conhecimento do recurso especial fundado no dissídio jurisprudencial na hipótese em que não há a devida indicação de qual dispositivo de lei teria sido ofendido. Isso porque o entendimento do Superior Tribunal de Justiça preconiza que o apelo excepcional sustentado na dissidência pretoriana depende do apontamento do artigo de lei violado, sob pena de incidência da mencionada súmula, como ocorreu na hipótese. Precedentes: AgRg no AREsp 637.381/SP, 4ª Turma, DJe de 02/03/2016, e EDcl no AREsp 806.419/SP, 3ª Turma, DJe de 22/02/2016.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE o recurso especial, e nessa parte DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, V, "a" do CPC/15, para determinar a incidência dos juros de mora a partir do evento danoso nos termos da Súmula 54/STJ.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora